



REALIZAMOS PROJETOS DE VIDA



RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2020

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO DE 2020

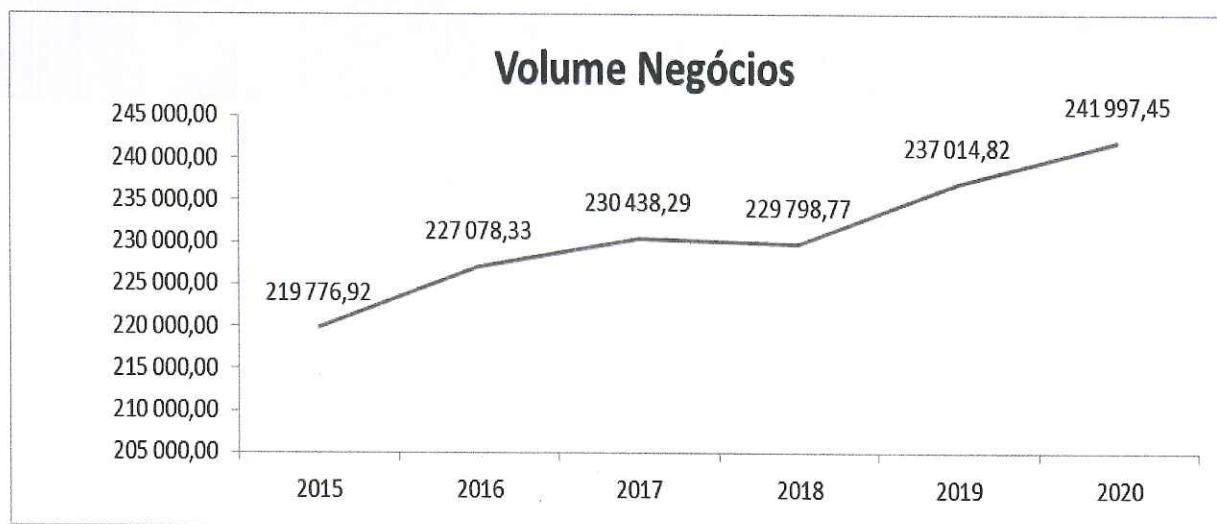
A Direcção do CSSPS - Centro Social de São Pedro de Serracenos, no cumprimento das disposições aplicáveis, submete à vossa apreciação o relatório de gestão referente ao exercício de 2020.

Caracterização da Entidade

O CSSPS - Centro Social de São Pedro de Serracenos é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede na Rua do Lar Loteamento da Boavista em São Pedro de Serracenos, tem como resposta social a Estrutura Residencial para Idosos e capacidade máxima de trinta e cinco utentes, uma vez que os quartos individuais podem ser usados como quartos de casal.

1. Evolução da actividade da Instituição

A actividade da instituição teve uma evolução favorável no exercício de 2020, crescendo 2,10% relativamente ao exercício anterior. Tal deveu-se, essencialmente, ao aumento das mensalidades, aliado ao aumento das vendas.

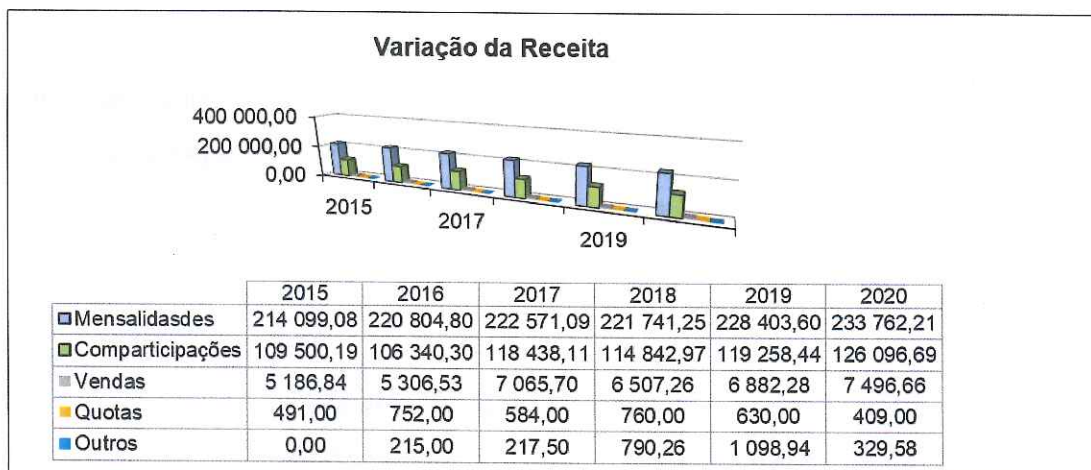


RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO DE 2020

B
★
S

1.1 Evolução da Receita

Como se pode observar pelo gráfico seguinte, a evolução da receita este ano foi positiva, exceção feita às quotas dos associados e a serviços secundários ("Outros"), que registaram uma diminuição relativamente ao exercício anterior de 35,08% e 70,01%, respectivamente. As mensalidades dos utentes registaram um aumento de 2,35%, as vendas, que apenas a partir de 2015 se começaram a separar das mensalidades, registaram um aumento de 8,93%. No que concerne às comparticipações da Segurança Social, verificamos que o seu valor registou também uma variação positiva, de 5,73%.



2. Investimento

O investimento realizado no período ascendeu 4.954,11 €, tendo 4.026,50 € sido utilizados na aquisição de activos fixos tangíveis, dos quais 3.448,40 € foram para melhorias do edifício e 578,10 € foram utilizados na aquisição de um nebulizador. O remanescente foi aplicado em outros activos financeiros, uma vez que, pelo facto de terem sido admitidos funcionários na instituição, e cumprindo com a legislação laboral em vigor, a empresa tem que fazer entregas mensais para o Fundo de Compensação do Trabalho, e que são considerados como um activo financeiro, tendo estas ascendido a 927,61 €.

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO DE 2020

[Handwritten signature]

3. Custos, Resultados e Rentabilidade

3.1 Custos

No que concerne aos custos do exercício verificou-se um ligeiro aumento das rubricas de custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas. No que concerne aos custos com fornecimentos e serviços externos e com pessoal verificamos que estes registaram um aumento significativo relativamente ao exercício anterior, explicado pelos efeitos da Pandemia provocada pela COVID-19, que implicaram um maior investimento em consumíveis, e a preços mais elevados, e também ao pagamento de horas extraordinárias aos funcionários, em função da reorganização dos horários de trabalho, para prevenção da doença.

3.2 Resultados

Os resultados da Instituição no exercício 2020 registaram uma variação negativa, de 96,33%. É de salientar que esta situação advém do aumento das despesas, que foi superior ao aumento das receitas, em função do exposto nos pontos anteriores.



RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO DE 2020**3.3 Situação Económico Financeira**

De entre os rácios a seguir discriminados, importa fazer referência ao *cash-flow*, que revela os fundos libertos gerados pela instituição, e que corresponde ao resultado líquido, acrescido das amortizações que, por não representarem movimentos efectivos de fundos, têm que ser acrescidas ao resultado. Este registou uma diminuição de 42,27% relativamente ao exercício anterior, em função do exposto nos pontos anteriores.

Seguidamente passamos à análise da rentabilidade, quer das vendas quer do activo quer do capital próprio, cujos valores apresentados são, nos três casos, positivos. De salientar que a rentabilidade das vendas decresceu 8,55% relativamente ao exercício anterior, uma vez que o resultado líquido diminuiu, ao passo que as vendas aumentaram. A diminuição de 3,91% registado na rentabilidade do activo é explicada pelo facto de o resultado líquido ter diminuído e o activo ter aumentado. Quanto à rentabilidade do capital próprio, este registou uma diminuição de 4,32% relativamente ao exercício anterior, uma vez que a diminuição do resultado líquido foi superior à diminuição do capital próprio.

Analizamos agora dois indicadores directamente ligados às necessidades de tesouraria da instituição, que são o prazo médio de recebimento e o prazo médio de pagamento. Relativamente ao prazo médio de recebimento, registou-se um acréscimo de 5,55 dias relativamente ao exercício anterior. Quanto ao prazo médio de pagamento, este registou um aumento de 21,45 dias. Estas variações são positivas, e aumentam a margem de manobra da empresa em relação às necessidades de financiamento, pois, como o prazo médio de pagamento é superior ao prazo médio de recebimento, isto traduz-se numa necessidade de financiamento para a instituição.

Analisando o rácio da autonomia financeira, que representa a proporção dos activos que são financiados através de capital próprio, verificamos que registou uma diminuição, de 3,69%, justificado pelo facto de o valor do capital próprio ter diminuído, enquanto que o valor do activo aumentou. O valor apresentado, 86,60%, é bastante positivo e revela pouca dependência da instituição face a terceiros.

No que respeita à Solvabilidade da instituição, que representa a proporção dos passivos cobertos através de capital próprio, verificamos que houve também um decréscimo, de 2,84, relativamente ao exercício anterior, em virtude de o valor do capital próprio ter diminuído, enquanto que o valor do passivo aumentou. O valor apresentado, 6,46, é extremamente positivo e reflecte um baixo risco para os credores da instituição, uma vez que os capitais próprios são suficientes para fazer face aos compromissos assumidos, restando ainda uma boa margem de segurança.

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO DE 2020

Por último, fazemos referência à Liquidez Geral da instituição, que mede a capacidade desta em fazer face às suas responsabilidades de curto prazo, e que registou também um decréscimo, de 0,83, relativamente ao exercício anterior, uma vez que o aumento do activo corrente foi superior ao aumento do passivo corrente. O valor apresentado, 3,81, é extremamente positivo e revela que a instituição não tem qualquer problema em cumprir com os compromissos de curto prazo assumidos.

Indicadores	2017	2018	2019	2020
Nº de Trabalhadores	15	15	15	16
Volume de negócios	230 438,29 €	229 798,77 €	237 014,82 €	241 997,45 €
Activo	497 907,77 €	510 052,60 €	518 556,41 €	530 638,37 €
Activo Corrente	183 886,01 €	218 087,62 €	233 593,19 €	270 778,04 €
Resultado Líquido do Exercício	23 452,43 €	24 690,28 €	21 029,41 €	771,03 €
Capital Próprio	446 865,93 €	458 123,22 €	468 189,17 €	459 516,48 €
Passivo Corrente	51 041,84 €	51 929,38 €	50 367,24 €	71 121,89 €
Passivo	51 041,84 €	51 929,38 €	50 367,24 €	71 121,89 €
Cash-Flow	55 831,00 €	57 711,70 €	53 399,82 €	30 828,03 €
Rentabilidade das Vendas	10,18%	10,74%	8,87%	0,32%
Rentabilidade do Activo	4,71%	4,84%	4,06%	0,15%
Rentabilidade do Capital Próprio	5,25%	5,39%	4,49%	0,17%
Prazo Médio de Recebimento de Clientes	12,20	17,30	19,19	24,74
Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores	18,39	16,85	7,27	28,72
Autonomia Financeira	89,75%	89,82%	90,29%	86,60%
Solvabilidade	8,75	8,82	9,30	6,46
Liquidez Geral	3,60	4,20	4,64	3,81

4. Pessoal

O quadro de pessoal da instituição aumentou para 16 trabalhadores devido à pandemia provocada pela COVID-19, encontrando-se repartido por áreas específicas, devidamente hierarquizadas, o que possibilita orientar em moldes convenientes a actividade da instituição, bem como proporcionar estabilidade na concretização dos objectivos que a instituição se propôs implementar.

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO DE 2020

5. Dívidas ao Estado e à Segurança Social

A situação da empresa perante o Estado e a Segurança Social encontra-se totalmente regularizada.

6. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e ou divulgação nas contas do exercício.

7. Evolução previsível da actividade

Atendendo à especificidade desta actividade será sempre difícil prever a sua evolução, ainda para mais numa altura em que a Pandemia provocada pelo COVID-19 se mantém activa e sem sinais de melhoria. Ainda assim, e comparando apenas os valores dos dois primeiros meses do ano com o período homólogo de 2020, perspectivamos que a actividade se mantenha.

8. Proposta para aplicação dos resultados

A Direcção propõe que o resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, que ascendeu a 771,03 €, seja aplicado:

- Na sua totalidade, em Resultados Transitados.

9. Considerações Finais

A finalizar este relatório, apresentamos os nossos agradecimentos a todas as entidades colectivas e indivíduos que connosco têm colaborado.

Agradecemos o zelo e o empenho dos nossos colaboradores na prossecução das tarefas que lhes foram confiadas, denotando mais uma vez uma dedicação exemplar ao Centro Social.

Bragança, 31 de Março de 2021.

A DIRECÇÃO

Rail Paulo Brito
Erquiel Lopes Marques
Alissandra Manuela Soares

CSSPS - Centro Social São Pedro Serracenos

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2020

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Outras Políticas Contabilísticas	5
3.3	Principais fontes de incertezas das estimativas	11
3.4	Alterações nas Políticas Contabilísticas.....	11
3.5	Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos	12
3.6	Erros Materialmente Relevantes de períodos anteriores.....	12
4	Ativos Fixos Tangíveis	12
5	Ativos Intangíveis.....	13
6	Inventários	14
7	Rendimentos e Gastos	14
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	15
9	Instrumentos Financeiros	15
10	Benefícios dos empregados	16
11	Acontecimentos após a data do Balanço	16
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	17
13	Outras Informações	17
13.1	Investimentos Financeiros	17
13.2	Caixa e Depósitos Bancários	17
13.3	Fundos Patrimoniais	17
13.04	Estado e Outros Entes Públicos.....	18
13.05	Fornecimentos e serviços externos.....	18
13.06	Outros rendimentos.....	18
13.17	Outros gastos.....	19
13.08	Resultados Financeiros	19



1 Identificação da Entidade

A "CSSPS - Centro Social São Pedro Serracenos" é uma instituição sem fins lucrativos, com sede na Rua do Lar, nº 2. Tem como principal atividade o Apoio Social para Idosos, com alojamento.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) regulada pelos seguintes diplomas:

- Decreto-Lei n.º 98/2015, de 02 de junho, (Sistema de Normalização Contabilística) que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às Demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva n.º 26/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, e revoga as Diretivas n.º 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho;
- Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho, aprova o Código de Contas;
- "Declaração de retificação n.º 41-A/2015 que corrige algumas inexatidões da Portaria 218/2015;
- Portaria 220/2015, de 24 de julho, aprova os modelos de Demonstrações financeiras para as diferentes entidades que aplicam o SNC;
- Declaração de retificação n.º 41-B/2015, que corrige algumas inexatidões da Portaria n.º 220/2015;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho, que homologa a Estrutura Conceptual;
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, que homologa as NCRF-ESNL;
- Aviso n.º 8258, de 29 de julho, publica as Normas Interpretativas do SNC.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Pressuposto da Continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu

negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2 Pressuposto do Acréscimo

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3 Consistência de Apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos Fundos Patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5 Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a

substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2 Outras Políticas Contabilísticas

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	20 – 50 anos
Equipamento básico	10 – 15 anos
Equipamento de transporte	3 – 5 anos
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	3- 10 anos
Outros Activos fixos tangíveis	3 – 10 anos

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

3.2.3 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção de:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Reconhecimento do Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.



Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

3.2.6 Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;

b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2017 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.9 Benefícios dos Empregados

Os benefícios dos empregados classificam-se em:



a) Benefícios de curto-prazo - Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade).

b) Benefícios de cessação - Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

3.3 Principais fontes de incertezas das estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.4 Alterações nas Políticas Contabilísticas

3.4.1 Aplicação Inicial da Disposição da NCRF-ESNL com Efeitos no Período Corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes da adoção inicial da NCRF-ESNL.

3.4.2 Alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeito no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento) ou com possíveis efeitos em períodos futuros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

3.5 Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

3.6 Erros Materialmente Relevantes de períodos anteriores

Não se verificaram erros materialmente em períodos anteriores.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2019					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	416 113,11			24 082,49		440 195,60
Equipamento básico	118 090,44					118 090,44
Equipamento de transporte	52 748,00					52 748,00
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	26 209,29	4 122,96				30 332,25
Outros Ativos fixos tangíveis	36 307,60					36 307,60
Total	649 468,44	4 122,96	0,00	24 082,49	0,00	677 673,89
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	141 184,55	26 513,36				167 697,91
Equipamento básico	114 811,43	2 767,37		(230,56)		117 348,24
Equipamento de transporte	52 748,00					52 748,00
Equipamento biológico	19 861,89					0,00
Equipamento administrativo	0,00	2 269,69		114,90		22 246,48
Outros Ativos fixos tangíveis	36 307,60					36 307,60
Total	364 913,47	31 550,42	0,00	(115,66)	0,00	396 348,23

Descrição	2020					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	440 195,60	3 448,40				443 644,00
Equipamento básico	118 090,44					118 090,44

Equipamento de transporte	52 748,00					52 748,00
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	30 332,25	578,10				30 910,35
Outros Ativos fixos tangíveis	36 307,60					36 307,60
Total	677 673,89	4 026,50	0,00	0,00	0,00	681 700,39
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	167 697,91	26 858,20				194 556,11
Equipamento básico	117 348,24	371,16				117 719,40
Equipamento de transporte	52 748,00					52 748,00
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	22 246,48	2 007,65				24 254,13
Outros Ativos fixos tangíveis	36 307,60					36 307,60
Total	396 348,23	29 237,01	0,00	0,00	0,00	425 585,24

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2019					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	5 535,00			2 460,00		7 995,00
Programas de Computador	4 557,15					4 557,15
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	10 657,95					10 657,95
Total	20 750,10	0,00	0,00	2 460,00	0,00	23 210,10
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	5 535,00	819,99				6 354,99
Programas de Computador	4 557,15					4 557,15
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	10 657,95					10 657,95
Total	20 750,10	819,99	0,00	0,00	0,00	21 570,09

Descrição	2020					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	7 995,00					7 995,00
Programas de Computador	4 557,15					4 557,15
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	10 657,95					10 657,95
Total	23 210,10	0,00	0,00	0,00	0,00	23 210,10
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	6 354,99	819,99				7 174,98
Programas de Computador	4 557,15					4 557,15
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	10 657,95					10 657,95
Total	21 570,09	0,00	0,00	0,00	0,00	22 390,08

6 Inventários

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2019				2020		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	320,80	5 553,56	0,00	286,81	6 235,37	0,00	351,29
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	686,90	33 870,55	0,00	490,80	34 215,07	0,00	1 198,90
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	1 007,70	39 424,11	0,00	777,61	40 450,44	0,00	1 550,19
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				39 265,21			39 516,17
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

7 Rendimentos e Gastos

A instituição reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- a) Vendas - são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um

envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação passam ser fiavelmente mensurados;

b) Prestações de serviços - são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço;

c) Juros - são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;

d) Royalties - são reconhecidos segundo o regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante;

e) Dividendos - são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista receber o pagamento.

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2020	2019
Vendas	7 496,66	6 882,28
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	233 762,21	228 745,89
Quotas e joias	409,00	630,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	114,45	190,36
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	241 782,32	236 448,53

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2020	2019
Subsídios do Governo		
I.E.F.P.	0,00	0,00
Apoios do Governo		
I.S.S., IP – Centro Distrital	134 096,69	119 258,44
Município de Bragança	1 600,00	0,00
Doações e Heranças		
Donativos	174,00	304,00
Total	135 870,69	119 562,44

9 Instrumentos Financeiros

9.1 Ativos e passivos financeiros:

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo.

9.2 Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade

A 31-12-2020 e a 31-12-2019, a Instituição detinha os seguintes ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade:

Descrição	2020	2019
Ativos Financeiros	32 402,96	9 690,58
Utentes	23 635,95	9 620,58
Outros Ativos Correntes	8 767,01	70,00
Passivos Financeiros	28 793,24	14 297,21
Fornecedores	9 056,43	1 807,30
Outros Passivos Correntes	19 736,81	12 489,91

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2020 e 2019, foi de 3.

Os órgãos diretivos não usufruem quaisquer remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2020 e em 31/12/2019 foi de 16.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	193 766,47	180 951,40
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	1 902,82	544,86
Encargos sobre as Remunerações	43 535,83	40 417,91
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2 870,37	2 362,55
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	0,00	958,17
Total	242 075,49	225 234,89

11 Acontecimentos após a data do Balanço

O surto do Covid-19 foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e alastrou também ao nosso País onde foi declarado o Estado de Emergência em 18 de março de 2020. Depois das duas primeiras vagas do COVID-19 ocorridas durante 2020, cujos impactos são reconhecidos e divulgados nas respetivas demonstrações financeiras daquele exercício, a Pandemia registou nos primeiros dois meses de 2021 (terceira vaga) um subsequente e severo agravamento que, somente neste curto período, terá ultrapassado o número de incidentes (infetados e óbitos) de todo o ano de 2020.

Apesar destas contingências, a sua continuidade não está posta em causa.

12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2020	2019
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	2 925,16	1 997,55
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	2 925,16	1 997,55

13.2 Caixa e Depósitos Bancários

As rubricas de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontravam-se com os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Caixa	20,97	37,94
Depósitos à ordem	70 803,06	45 036,89
Depósitos a prazo	150 393,14	150 202,78
Outros		
Total	221 217,17	195 277,61

13.3 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	86 948,43	0,00	0,00	86 948,43

Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	89 505,50	0,00	0,00	89 505,50
Resultados transitados	157 381,19	21 029,41	0,00	178 410,60
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	113 324,64	0,00	-9 443,72	103 880,92
Total	447 159,76	21 029,41	-9 443,72	458 745,45

13.04 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	418,42
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	0,00	418,42
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	53,72	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	106,49	174,12
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0,00	0,00
Segurança Social	6 421,64	4 527,78
Outros Impostos e Taxas	88,87	73,20
Total	6 670,72	4 775,10

13.05 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	19 758,56	15 370,04
Materiais	17 747,45	5 326,63
Energia e fluidos	28 624,43	23 691,10
Deslocações, estadas e transportes	0,00	0,00
Serviços diversos	8 689,29	7 287,55
Total	74 819,73	51 675,32

13.06 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Rendimentos Suplementares	361,34	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,01	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	536,62	0,00

Outros rendimentos	9 443,72	12 910,06
Total	10 341,69	12 910,06

13.17 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	194,26	28,72
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	804,00	78,00
Total	998,26	106,72

13.08 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2019
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	32,88	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	32,88	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	114,45	190,36
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	114,45	190,36
Resultados Financeiros	81,57	190,36

São Pedro de Serracenos, 31 de dezembro de 2020

A Direcção

O Contabilista Certificado

[Assinatura]
 Gregório Lopes Dias
 Alissandra Manuela Dias

[Assinatura]
 Justino Marcos Gomes

Entidade: CSSPS - CENTRO SOCIAL DE S.PEDRO DE SERRACENOS
 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO em Dezembro de 2020

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		Dezembro 2020	Dezembro 2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		232 400,05	243 039,91
Pagamentos a fornecedores		112 556,35	93 019,93
Pagamentos ao pessoal		238 156,48	226 278,33
Caixa gerada pelas operações		(118 312,78)	(76 258,35)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		365,95	1 289,45
Outros recebimentos/pagamentos		133 975,62	121 716,81
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		16 028,79	46 747,91
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		578,10	18 475,45
Activos intangíveis			1 845,00
Investimentos financeiros		927,61	678,26
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		536,62	
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		114,45	190,36
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(854,64)	(20 808,35)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		32,88	
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(32,88)	
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		15 141,27	25 939,56
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		221 217,17	195 277,61
Caixa e seus equivalentes no fim do período		236 358,44	221 217,17

O Contabilista Certificado

NIF/ Matricula
 513 104 143

A Direcção

Austides Moura Gomes

CSSPS - Centro Social São Pedro Serracenos
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte: 513104143

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados		241.997,45	237.014,82
Subsídios, doações e legados à exploração		135.870,69	119.562,44
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		39.516,17	39.265,21
Fornecimentos e serviços externos		74.819,73	51.675,32
Gastos com o pessoal		242.075,49	225.234,89
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	-4,28
Outros rendimentos		10.341,69	12.910,06
Outros gastos		998,26	106,72
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		30.800,18	53.209,46
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		30.057,00	32.370,41
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		743,18	20.839,05
Juros e rendimentos similares obtidos		114,45	190,36
Juros e gastos similares suportados		32,88	0,00
Resultados antes de impostos		824,75	21.029,41
		53,72	0,00
Resultado líquido do período		771,03	21.029,41

A Direcção

Contabilista Certificado

Alissandra Ramela Dias
 Alissandra Ramela Dias

António Moura Gomes

CSSPS - Centro Social São Pedro Serracenos
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte: 513104143

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS		NOTAS	DATAS	
			31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
ACTIVO				
Ativo não corrente				
Aativos fixos tangíveis			256 115,15	281 325,66
Bens do património histórico e artístico e cultural			0,00	0,00
Ativos intangíveis			820,02	1 640,01
Investimentos financeiros			2 925,16	1 997,55
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes			0,00	0,00
			259 860,33	284 963,22
Ativo corrente				
Inventários			1 550,19	777,61
Créditos a receber			23 635,95	10 086,32
Estado e outros entes públicos			0,00	418,42
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/assossiados/membros			0,00	0,00
Diferimentos			466,45	1 489,41
Outros activos correntes			8 767,01	3 161,44
Caixa e depósitos bancários			236 358,44	221 217,17
			270 778,04	237 150,37
Total do ativo			530 638,37	522 113,59
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos			86 948,43	86 948,43
Excedentes técnicos			0,00	0,00
Reservas			89 505,50	89 505,50
Resultados transitados			178 410,60	157 381,19
Excedentes de revalorização			0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais			103 880,92	113 324,64
			458 745,45	447 159,76
Resultado líquido do período			771,03	21 029,41
Total dos fundos patrimoniais			459 516,48	468 189,17
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões			0,00	0,00
Provisões específicas			0,00	0,00
Financiamentos obtidos			0,00	0,00
Outras dívidas a pagar			0,00	0,00
			0,00	0,00
Passivo corrente				
Fornecedores			9 056,43	4 898,74
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			0,00	0,00
Financiamentos obtidos			0,00	0,00
Estado e outros entes públicos			9 624,53	5 817,72
Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)			32 704,12	30 252,31
Outros passivos correntes			19 736,81	12 955,65
			71 121,89	53 924,42
Total do passivo			71 121,89	53 924,42
Total dos fundos patrimoniais e do passivo			530 638,37	522 113,59

A Direcção

Contabilista Certificado

[Assinatura]
Cristina Lopes Marques
Alissandra Manuela Ines

[Assinatura]
António Mourais Gomes